

Antonio Gramsci: em busca de um marxismo etnográfico¹

Kate Crehan

Professora Emérita
City University of New York (Estados Unidos)

¹ Tradução de Camila Góes.

Antonio Gramsci: em busca de um marxismo etnográfico

Resumo: O artigo busca explorar a “sensibilidade etnográfica” presente nos *Cadernos e Cartas do Cárcere* de Antonio Gramsci. Para tanto, buscará a partir de uma comparação com Malinowski chamar a atenção para a centralidade que a cultura assume na reflexão gramsciana, em especial em sua abertura às visões de mundo e ações das classes subalternas.

Palavras-chave: 1. Cultura; 2. Etnografia; 3. Classes Subalternas

Antonio Gramsci: towards an ethnographic Marxism

Abstract: The article seeks to explore the "ethnographic sensitivity" present in Antonio Gramsci's *Prison Notebooks* and *Letters*. Therefore, it will seek from a comparison with Malinowski to draw attention to the centrality that culture assumes in Gramsci's reflection, especially in its openness to the worldviews and actions of the subaltern classes.

Keywords: 1. Culture; 2. Ethnography; 3. Subaltern Classes

Eu abordo Gramsci como uma antropóloga. A cultura, esse conceito quintessencialmente antropológico, é central para o seu pensamento. Como um ativista comprometido com a transformação política e cofundador do Partido Comunista Italiano, ele viu a transformação da cultura como essencial para a realização de mudanças radicais. “[O Marxismo] em seu estágio mais recente de desenvolvimento”, ele escreveu, “Consiste precisamente em afirmar o momento da hegemonia como essencial à sua concepção do Estado e dar ‘peso total’ ao fator cultural, à atividade cultural, à necessidade de uma frente cultural junto às frentes meramente econômicas e meramente políticas” (GRAMSCI, 1995, p. 345).

Nessa apresentação, eu espero mostrar que a noção de “frente cultural” de Gramsci permanece relevante para aqueles que lutam por uma transformação política em nosso momento político muito diferente.

Li pela primeira vez os *Cadernos do Cárcere* quando era uma aluna de graduação e no momento de preparação para um clássico rito antropológico de passagem: o trabalho de campo extenso baseado na observação participante. Como uma aspirante a antropóloga, fiquei impressionada com o que me pareceu sua sensibilidade etnográfica. Por sensibilidade etnográfica quero dizer uma receptividade comprometida com as narrativas que os outros usam para dar sentido ao seu mundo e para navegar por ele; buscar essas narrativas e tratá-las com a máxima seriedade. Tal atenção etnográfica tem sido fundamental para a antropologia como disciplina, e é um *leitmotiv* dos *Cadernos* de Gramsci; o tipo de *leitmotiv* que o autor dos *Cadernos* nos diz para procurar quando se aproxima do trabalho de um grande pensador: “Procurar o *Leitmotiv*, o ritmo do pensamento à medida que ele se desenvolve, deve ser mais importante do que buscar afirmações casuais únicas e aforismos isolados” (GRAMSCI, 1971, p. 383-384).

Gramsci busca continuamente as narrativas que as pessoas usam para dar sentido às realidades que enfrentam, em particular as narrativas dos grupos subordinados e oprimidos – aos quais chamou de subalternos. Muitas vezes, intelectuais progressistas acreditam saber o que os subalternos pensam. Mas se os que realmente vivem a desigualdade e a opressão enxergam as coisas de forma diferente, então estariam sofrendo de “consciência falsa” e seria tarefa dos intelectuais iluminá-los. Gramsci não só reconhece que os subalternos frequentemente veem o mundo de modo muito diverso do modo como os intelectuais progressistas pensam que deveriam, ele vê a experiência coletiva subalterna como a melhor fonte de novas narrativas políticas, potencialmente transformadoras; sendo as compreensões fragmentárias e embrionárias que emergem da experiência subalterna o ponto de partida para qualquer movimento de oposição efetivo. “É possível”, ele questiona, “que uma nova concepção ‘formalmente’ possa se apresentar com uma aparência distinta da versão bruta e não sofisticada da população?” (Ibid., 1971. p. 342). Em outras palavras, um movimento político não só deveria repercutir em um grande número de pessoas, como sua compreensão do mundo deveria emergir do próprio conhecimento subalterno.

A forma característica que tal conhecimento subalterno adota é o senso comum popular (*senso comune*). Entretanto, leitores anglófonos devem notar que o *senso comune* italiano não apresenta a conotação positiva que a noção inglesa [*common sense*] possui, se referindo apenas às premissas compartilhadas de um dado tempo e lugar. O *senso comune* é confuso e contraditório, “pode-se encontrar lá qualquer coisa que se queira” (GRAMSCI, 1971. p. 422). Ao mesmo tempo, junto com a confusão estão enterradas as pepitas de “bom senso” (*buon senso*). Esses fragmentos de bom senso constituem a “versão grosseira e não sofisticada” de qualquer movimento político novo, genuinamente transformador, são as aberturas de um movimento em estado bruto que depois se constrói e se desenvolve. Discernir o bom senso em meio ao balbúcio do senso comum exige, no entanto, escutas atentas.

Gramsci e Malinowski

Mas como a sensibilidade etnográfica que encontramos nos *Cadernos* se compara com aquela da antropologia anglófona clássica? Para explorar essa questão, focarei na visão da antropologia estabelecida pelo que o célebre historiador da antropologia, George Stocking (1992, p. 271), chamou de “estatuto mítico da antropologia”: a introdução ao *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Não há nenhuma evidência que Gramsci conheceu essa etnografia clássica da Nova Guiné, publicada em 1922. Entretanto, os dois pensadores eram contemporâneos próximos, Malinowski nascido em 1884, Gramsci em 1891.

Malinowski foi à Inglaterra estudar antropologia em 1910, depois de obter um doutorado em Química em seu país natal, a Polônia. Ele se tornaria depois um dos pais fundadores da antropologia anglófona. Como um observador etnográfico, o prisioneiro de Mussolini, escrevendo seus *Cadernos* em uma cela em meio às restrições do regime carcerário – sem liberdade de ir e vir e sob vigilância contínua – pode parecer ter pouco em comum com o antropólogo polonês que viveu com todos os privilégios de sua branquitude na aldeia de Trobriand. Ambos se empenharam, entretanto, em explorar as visões de mundo largamente escondidas daqueles que estavam no poder: no caso de Gramsci, as dos subalternos; no caso de Malinowski, as dos povos indígenas que viviam sob o domínio colonial. Os dois teóricos consideraram esse mapeamento difícil e desafiador, mesmo que por diferentes razões, e refletiram com profundidade sobre como ele poderia ser alcançado. Ao comparar as duas abordagens metodológicas, espero esclarecer melhor o que quero dizer por sensibilidade etnográfica e sugerir por que permanece relevante não só para os antropólogos do século XXI, mas para todos os interessados em imaginar um marxismo para o nosso momento histórico.

Na Introdução aos *Argonautas*, Malinowski dá aos antropólogos, denominados como etnógrafos, uma imposição clara: “o objetivo final, que um etnógrafo nunca deve perder de vista, é... o de compreender o ponto de vista do nativo, sua relação com a vida, para entender *sua* visão de *seu* mundo” (MALINOWSKI, 1922, p. 25, ênfase no original). Para alcançar esse objetivo, os etnógrafos deveriam entrar num mundo que não o deles, e compreender o que

houvesse lá dentro. A metodologia proposta por Malinowski permitiria ao antropólogo, segundo ele, alcançar esse entendimento empático e registrá-lo de forma rigorosa e científica. Essa metodologia passaria a ser chamada de observação participante.

Essas recomendações metodológicas foram baseadas em dois princípios fundamentais. O primeiro é que os pesquisadores devem compartilhar a vida daqueles que estudam. Para pesquisadores coloniais, como Malinowski, o principal objetivo do estudo era “o nativo”. A antropologia revelaria “o nativo como ele é”; abriria aos seus praticantes “a mente nativa” (Ibid., 1922, p. xv). No entanto, se o objetivo era descobrir “o nativo como ele é”, os pesquisadores precisavam se aproximar mais daqueles que estudavam do que normalmente faziam. Quando Malinowski começou seu trabalho de campo em 1914, a forma comum de colher dados entre os antropólogos era convocar “nativos” individuais e questioná-los a respeito de sua “cultura e tradições”. Muitas vezes, essas entrevistas ocorriam nas varandas características dos edifícios coloniais. Esse não era um método capaz de fornecer a visão profunda que o autor dos *Argonautas* buscava. Os antropólogos, insistiu, precisavam descer de suas varandas e viver entre aqueles que estudavam, aprendendo sua linguagem e observando a realidade de sua vida cotidiana. Apenas comprometendo-se em compartilhar os mundos que eles observavam poderiam esperar obter uma compreensão completa desses mundos. “Ao viver na aldeia sem outros afazeres que não o de acompanhar a vida nativa”, escreveu, “pode-se ver os costumes, cerimônias e transações repetidas vezes, ter exemplos das crenças que, na verdade, são vivenciadas, e logo o sangue da verdadeira vida nativa preenche o esqueleto das construções abstratas” (Ibid., 1922, p. 18).

Como essa passagem sugere, viver entre os “nativos” seria apenas o primeiro passo. Tendo-se colocado no meio da “vida nativa”, seria necessário ouvir e observar atentamente, registrar tudo o que acontece e, na medida do possível, participar dessa vida nativa. Esse era o segundo componente primário da observação participante. Malinowski fornece esta imagem de sua própria observação participante entre os nativos de Trobriand:

“Pouco depois eu me estabeleci... eu comecei a participar, de certa forma, da vida da aldeia, a aguardar os acontecimentos importantes ou festivos, ter interesse pessoal nas fofocas e na evolução das ocorrências

da pequena aldeia; acordar todas as manhãs para um dia apresentando-me mais ou menos como fazem os nativos” (Ibid., 1922, p. 7).

Os antropólogos, dessa forma, colocam-se em uma posição a partir da qual podem ver a vida como é vivida, e não apenas como seus informantes dizem que ela é vivida. No entanto, é necessário também organizar os dados e decidir quais conclusões podem ser extraídas deles. Inevitavelmente, há uma tensão aqui. Por um lado, o pesquisador precisa manter uma mente aberta, resistindo à tentação de imediatamente encaixar o que viu e ouviu em caixas conceituais pré-determinadas. Por outro lado, a teoria é necessária para dar sentido à inundação de "fatos" gerados pela observação participante. Em uma passagem que vale a pena citar longamente, Malinowski, o ex-químico, explica a necessidade de continuamente alinhar dados e teoria:

“Bom treinamento em teoria e conhecimento de seus resultados mais recentes não é idêntico a estar sobrecarregado de ‘ideias preconcebidas’. Se um homem se propõe uma expedição, determinado a provar certas hipóteses, e é incapaz de mudar suas opiniões constantemente e abandoná-las sem arrependimento sob a pressão da evidência, é desnecessário dizer que seu trabalho será inútil. Mas, quanto mais problemas ele traz consigo para o campo, mais ele tem o hábito de moldar suas teorias de acordo com os fatos e de ver fatos em sua influência sobre a teoria, e melhor está equipado para o trabalho. Ideias preconcebidas são perniciosas em qualquer trabalho científico, mas os problemas antecipados são o principal legado de um pensador científico, e esses problemas são primeiro revelados ao observador por seus estudos teóricos” (Ibid., 1922, p. 8-9).

Gramsci, um homem que certamente tinha um “bom treinamento em teoria”, e que se manteve nos mais altos padrões intelectuais, também enfatizou o primado dos dados. É “a tarefa do teórico”, escreveu, “traduzir” os elementos da vida histórica em linguagem teórica, mas não vice-versa, tornando a realidade em conformidade com um esquema abstrato. A realidade nunca se ajustará a um esquema abstrato (GRAMSCI, 1996, p. 52). Em algumas de suas *Cartas do Cárcere*, Gramsci revela seu fascínio por mundos que talvez fossem tão estranhos para ele quanto os dos Trobrianders foram para Malinowski. Uma carta prévia, escrita antes de começar os *Cadernos*, descreve um entretenimento que seus colegas detidos encenaram para essa celebridade no meio deles:

“Os homens da Apúlia, da Calábria e da Sicília apresentaram uma luta com facas de acordo com as regras dos quatro estados do submundo do sul (o Estado da Sicília, o Estado da Calábria, o Estado da Apúlia e o Estado de Nápoles): os sicilianos contra os apulianos, apulianos contra os calabreses, porque o ódio entre esses dois estados é poderoso e a aula se torna séria e sangrenta. Os apulianos são os mestres de todos eles: executores de facas insuperáveis com uma técnica cheia de segredos e muito letal, desenvolvida de acordo com todos os outros e para superá-los. Um antigo apuliano, com sessenta e cinco anos, muito reverenciado, mas sem reconhecimento do ‘estado’, derrota todos os campeões dos outros estados; então, como o *grand finale*, ele se cercou com outro apuliano, um jovem, com o corpo mais belo e surpreendentemente ágil, um alto dignitário a quem todos obedecem e, durante meia hora, demonstraram todas as técnicas normais de todas as escolas de esgrima. Um espetáculo verdadeiramente grandioso e inesquecível em todos os sentidos, por conta dos artistas e dos espectadores: todo o mundo subterrâneo me foi revelado, extremamente complicado, com sua própria vida de emoções, pontos de vista, pontos de honra, e formidável, hierarquias de ferro” (Ibid., 1994, p. 96).

Note-se, aqui, a ligação desse entretenimento único a “todo um mundo subterrâneo”. O marxista sardo e seu contemporâneo polonês nas Ilhas Trobriand estavam ambos preocupados com entendimentos coletivos e não individuais. “O que importa”, Gramsci insiste, “não é a opinião de Tom, Dick e Harry, mas o conjunto das opiniões que se tornaram coletivas e um fator poderoso na sociedade” (GRAMSCI, 2007, p. 347).² De modo similar, na introdução aos *Argonautas*, Malinowski escreve: “como sociólogos, não estamos interessados no que A ou B podem sentir como indivíduos, no curso acidental de sua própria experiência pessoal – estamos interessados apenas no que sentem e pensam como membros de uma determinada comunidade” (MALINOWSKI, 1922, p. 23).

² No texto original em italiano os nomes são outros: “Tizio, Caio, Sempronio” (Q 8, § 196, p. 1059). N. da Ed.

Mapeando subalternos

Ao mesmo tempo, o objeto de estudo de Gramsci era bem diferente daquele de Malinowski. As visões de mundo que Gramsci buscou mapear não eram aquelas de “nativos” que viviam sob o colonialismo, mas dos subalternos em uma ampla extensão da história. E subalternidade nos *Cadernos* é uma categoria muito abrangente. Sua característica inclusiva reflete a recusa de Gramsci em forçar a rica especificidade da “vida histórica” em caixas teóricas pré-determinadas. A subalternidade nos *Cadernos*, como Marcus Green enfatiza, não define uma forma particular de subordinação, como a do proletariado. Ao contrário, abrange toda uma variedade de opressões e subordinações sofridas por diferentes grupos. A evidência dessa leitura é fornecida pelo fato de que, como observa Green, em diferentes pontos do caderno dedicado aos grupos sociais subalternos, “escravos, camponeses, grupos religiosos, mulheres, raças diferentes e proletariado” são todos chamados de “grupos sociais subalternos” (GREEN, 2011, p. 69). Para Gramsci, o conceito de subalternidade denominaria uma condição geral de subordinação. Nós só podemos conhecer as formas particulares que assume através da análise empírica de tempos e lugares particulares.

O interesse de Gramsci na cultura subalterna e nas narrativas subalternas derivou de seu comprometimento com a luta pela transformação política e social. Diferente de Malinowski, seu objetivo final não era simplesmente entender como os subalternos viam o mundo, mas entender como eles poderiam superar sua subalternidade para se tornar uma força política capaz de trazer uma mudança radical. Subalternos que transcendem sua subalternidade coletiva – o foco de Gramsci estava sempre sob os grupos subalternos e não nos indivíduos subalternos – fazem isso com a ajuda de intelectuais, intelectuais cujo conhecimento está enraizado em uma específica experiência vivida, mesmo que eles próprios não tenham sua origem naquele meio. Tais intelectuais “trabalham e tornam coerentes os princípios e os problemas levantados pelas massas em sua atividade prática” (GRAMSCI, 1971, p. 330). Para fazer isso, os intelectuais devem ter uma compreensão genuinamente empática de como subalternos particulares em lugares particulares em momentos particulares

percebem a realidade em que habitam. Em outras palavras, eles precisam possuir uma sensibilidade etnográfica.

É esse tipo de receptividade que encontramos nos *Cadernos*. E está lá desde o começo. Os *Cadernos* foram o resultado da determinação de Gramsci – embora os fascistas pudessem encarcerar seu corpo, eles não poderiam aprisionar sua mente. Para combater os efeitos psicológicos destrutivos do cárcere, ele se propôs elaborar um plano para um tipo de estudo sistemático e sério que não seria possível realizar em sua vida política antes da prisão. Em uma famosa carta escrita a sua cunhada, Tatiana Schucht, logo após sua prisão, esboçou uma série de tópicos que planejava estudar, um dos quais era “O folhetim e o gosto popular na literatura”. Essa ideia havia chegado a ele, explicou, quando leu sobre a morte do ator e gerente de uma companhia de teatro cujas apresentações havia assistido. Ele viu esse teatro popular como “a contrapartida teatral do folhetim”. O relatório trouxe de volta para ele, “quanta diversão tive todas as vezes que fui vê-lo, porque a performance era dupla: o suspense e as paixões desencadeadas, juntamente com as intervenções da plateia de pessoas comuns, o que certamente não era a parte menos interessante da performance” (Ibid., 1994, p. 84).

Tal como aconteceu com a “aula de esgrima” realizada por outros prisioneiros em seu benefício, Gramsci sempre se fascinava com tudo que visse como uma janela para os mundos imaginativos habitados pelos subalternos. “O folhetim e o gosto popular na literatura” forneceram tal janela, um tópico que pôde perseguir na prisão. Se abordasse no espírito certo, explicou em uma carta, mesmo a aparentemente pobre biblioteca do cárcere poderia conter riquezas. Precisamos questionar sobre as novelas populares, “porque esse tipo de literatura quase sempre é o mais lido e mais publicado? Que necessidades ele satisfaz? Que aspirações responde? Que emoções e pontos de vista estão representados nesses livros inferiores para que sejam tão populares?” (Ibid., 1994, p. 262).

Fontes escritas foram as matérias-primas de Gramsci. Graças ao seu amigo e apoiador, Piero Straffa, que pagou por uma conta em uma livraria de Milão, Gramsci podia encomendar qualquer coisa que não fosse proibida pelos censores da prisão. Esse arranjo permitiu-lhe obter uma ampla gama de livros, revistas e jornais tanto acadêmicos como populares. As publicações populares

eram importantes porque revelavam como seus públicos “concebiam o mundo e a vida”. Tudo o que ele leu, seja acadêmico ou popular, culto ou inculto, ele leu, podemos dizer, como um etnógrafo: “quais são as conexões entre esse trabalho particular, esse autor particular, e o contexto maior ao qual o trabalho e o autor pertencem?” Como um ativista, ele tinha pouco tempo para os intelectuais que se dedicaram a “criar uma cultura especializada entre grupos intelectuais restritos” (Ibid., 1971, p. 330). Sua preocupação esteve sempre direcionada à relação entre ideias, narrativas, pressupostos e o mundo maior dentro do qual existem, e o papel que desempenham nesse mundo maior. Ao refletir sobre o apelo dos romances de folhetim, por exemplo, ele repetidamente retornou ao *Conde de Monte Cristo*, já um *best seller* imediatamente depois de sua publicação em meados da década de 1880 e que ainda permanece um traço da cultura popular:

“O folhetim substitui (e, ao mesmo tempo, estimula) as fantasias do homem comum; é de fato sonhar acordado... Neste caso [O *Conde de Monte Cristo*], pode-se dizer que as fantasias das pessoas decorrem de um ‘complexo de inferioridade’ (social) que é fonte de fantasias sobre vingança, de punição aos responsáveis por suas adversidades, etc. O *Conde de Monte Cristo* contém todos os ingredientes para induzir esses voos de fantasia e, portanto, administrar um narcótico que aborrece a sensação de dor, etc.” (Ibid., 2007, p. 106).

Aos antropólogos, as reflexões de Gramsci nos *Cadernos* podem ficar aquém da verdadeira etnografia, mas elas são, eu argumentaria, impregnadas de sensibilidade etnográfica. Em vez de buscar por uma compreensão teórica abstrata das formas de poder inerentes ao capitalismo, ele buscou descobrir, como faria um antropólogo, como grupos *particulares* em lugares *particulares* compreenderam seu mundo. Gramsci sempre recusou “conformar a realidade a um esquema abstrato”, assim como Malinowski, que estabeleceu sua metodologia geral na introdução aos *Argonautas*, e nas mais de 500 páginas de etnografia que se seguem, para mapear a visão de mundo das pessoas que viviam nas ilhas Trobriand no começo do século XX, e não dos “nativos” generalizadamente.

Conclusão

Deixem-me concluir com algumas reflexões a respeito da sensibilidade etnográfica de Gramsci para o nosso momento histórico. Em um tempo em que tantas das certezas de um marxismo mais velho e mais rígido são colocadas em questão, Gramsci nos oferece um marxismo aberto e flexível que insiste na necessidade de começar não por esquemas teóricos pré-determinados, mas pelas complexidades da realidade empírica. Em nosso mundo globalizado e cada vez mais automatizado, uma das velhas certezas que colapsou é a premissa de que qualquer mudança efetiva no capitalismo será organizada pelos trabalhadores industriais. Nos últimos anos a esquerda tem passado a reconhecer cada vez mais, ainda que tardiamente, a importância de gênero, raça e etnicidade e outras formas de diferença na estruturação da desigualdade e da opressão nos espaços de trabalho e fora deles. A subalternidade pode tomar muitas formas. O valor da categoria inclusiva de “subalterno” em Gramsci é que não pré-determina o que é o subalterno, ou lhe prescreve uma visão de mundo “correta”. Mas quem, em nosso mundo do século XXI de desigualdades múltiplas e emaranhadas pode constituir essas coletividades, sujeitos históricos, com o poder de desafiar a hegemonia capitalista efetivamente? Os *Cadernos* não fornecem a resposta para essa questão, mas sugerem como aqueles que buscam um mundo mais justo podem encontrar uma resposta, nos oferecendo não um templo, mas uma abordagem para mapear a desigualdade e subalternidade, uma abordagem que esteja sempre atenta à “cultura”. Armado com as questões postas por essa perspectiva, é nossa tarefa como analistas e ativistas explorar as paisagens empíricas da subalternidade em toda sua complexidade. Apenas assim poderemos esperar identificar coletividades potenciais que podem efetivamente desafiar o capitalismo do século XXI. Transformar esse desafio em demandas da realidade requer o que Gramsci, na passagem em que comecei essa fala, chamou de frente cultural.

Nos *Cadernos*, “cultura” denomina formas compartilhadas de entender e habitar o mundo. Essas formas de conhecer e ser são cruciais à produção e reprodução da subalternidade, e é apenas a partir de sua transformação que os subalternos podem escapar de sua subalternidade. Todas as culturas, mesmo que aparentem fixas e imutáveis, estão cada vez mais em um estado de fluxo. Ao

longo do tempo, tudo surge, muda e passa. No entanto, como indivíduos e grupos, nós tomamos consciência e vivemos nossas vidas como membros de mundos culturais particulares. E é a partir dessas culturas, que em grande parte absorvemos inconscientemente, que vivenciamos e reconhecemos as realidades desiguais de nosso tempo e espaço. Para aqueles socializados num mesmo espaço e lugar, os contornos básicos de seus mundos culturais, incluindo as hierarquias de poder e os emaranhados de noções do senso-comum, parecem indubitáveis, tão obviamente reais, que seria um absurdo pedir por uma evidência ou prova: é apenas a forma como o mundo é. Disparidades de riqueza e poder, por exemplo, podem ser pensadas como manifestações das leis econômicas ou da vontade divina; elas podem ser celebradas ou contestadas, mas para aqueles que habitam um mundo estruturado por essas disparidades é difícil imaginar que as coisas poderiam ser diferentes. Uma parte crucial de qualquer mudança social fundamental é uma transformação cultural que torne possível aos subalternos imaginar outra realidade. É necessário, nas palavras de Gramsci, “novas crenças populares, ou seja, um novo senso comum e com isso uma nova cultura e uma nova filosofia que será enraizada na consciência popular com a mesma solidez e qualidade imperativa das crenças tradicionais” (Ibid., 1971, p. 424). Se essas crenças e essa cultura devem ser conquistadas, os que devem trazer a mudança precisam se envolver na luta cultural.

Curiosamente, encontramos a mesma ênfase na importância das normas culturais no estudo sobre a desigualdade mais vendido de 2014, *Capital in the Twenty-First Century* de Thomas Piketty, economista explicitamente não marxista. O foco de Piketty recai sobre as medidas quantitativas da desigualdade. No entanto, ele salienta que “a história da desigualdade é moldada pela forma como os atores econômicos, sociais e políticos veem o que é justo e o que não é, bem como pelo poder relativo desses atores e das escolhas coletivas que resultam” (PIKETTY, 2014, p. 20). As disputas sobre o que se acredita ser justo, e o que não é, conformam precisamente o tipo de frente cultural que Gramsci tem em mente. Participar efetivamente nessa frente, sugiro, requer um marxismo etnograficamente informado, atento às complexidades empíricas da subalternidade. Em outras palavras, um marxismo que não assuma que já tenha todas as respostas, um marxismo enraizado na experiência subalterna, cujos intelectuais estejam continuamente em diálogo com as realidades vividas da

subalternidade, mapeando continuamente a sua diversidade complexa, e inconstante, e buscando as pepitas fragmentárias do bom senso que se encontram dentro da confusão e das contradições do senso comum popular. Um marxismo etnográfico é um marxismo que se baseia nesses começos embrionários, desenvolvendo-os em narrativas políticas coerentes que são uma parte essencial da construção de movimentos de massa poderosos o bastante para trazer uma mudança duradoura.

Referências bibliográficas

- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. London: Lawrence and Wishart, 1971.
- _____. *Letters from Prison: Antonio Gramsci*. New York: Columbia University Press, 1994. v. 1.
- _____. *Further Selections from the Prison Notebooks/Antonio Gramsci*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
- _____. *Antonio Gramsci: Prison Notebooks*. New York: Columbia University Press, 1996. v. II
- _____. *Antonio Gramsci: Prison Notebooks*. New York: Columbia University Press, 2007. v. III.
- GREEN, Marcus E. “Gramsci Cannot Speak: Presentations and Interpretations of Gramsci’s Concept of the Subaltern”. In: GREEN, Marcus E. (org.) *Rethinking Gramsci*. New York: Routledge, 2011.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 [1922].
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- STOCKING, George. *The Ethnographer’s Magic and Other Essay in the History of Anthropology*. Madison: University of Wisconsin Press, 1992.